

MIGRAÇÃO INTRAESTADUAL E CENTRALIDADE URBANA: UM ESTUDO DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS NAS CIDADES MÉDIAS DO CEARÁ NO ANO DE 2010

Área Temática: 5

Resumo: Este artigo analisa a migração intraestadual no Ceará no ano de 2010 e sua relação com a redistribuição populacional e a organização da rede urbana cearense, com foco na centralidade, na hierarquia urbana e no papel das cidades médias. O objetivo é verificar se os municípios com maior população, Produto Interno Bruto (PIB) e nível de emprego também apresentam maior capacidade de atração migratória, e em que medida essa capacidade corresponde à posição desses municípios na hierarquia urbana. A pesquisa tem abordagem quantitativa e utiliza dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, considerando a migração de data fixa no período de 2005 a 2010. Foram selecionadas dez cidades médias cearenses: Caucaia, Crato, Iguatu, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Quixadá, Russas e Sobral. A seleção considerou o porte populacional dos municípios e sua posição funcional na hierarquia urbana estabelecida pelo REGIC, o que permitiu incluir tanto municípios de maior porte quanto municípios de porte inferior a 100 mil habitantes com papel regional relevante. Para cada município foram calculados os fluxos de entrada e saída, o saldo migratório, a migração bruta, a taxa de migração líquida e o Índice de Eficácia Migratória (IEM), comparados à posição na hierarquia urbana definida pelo REGIC 2007 (IBGE, 2008), edição mais próxima do período migratório analisado, e pelo REGIC 2018 (IBGE, 2020), usado para verificar se essa posição se manteve estável. Os resultados mostram que Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Sobral se destacam pelos maiores volumes de entrada migratória e apresentam saldo migratório positivo. População e emprego têm relação mais evidente com a atração migratória, enquanto o PIB apresenta relação menos direta. A comparação com a hierarquia do REGIC mostrou correspondência parcial entre a posição hierárquica dos municípios e a centralidade observada no fluxo migratório. Conclui-se que a migração intraestadual é um elemento importante para compreender a redistribuição populacional e a organização da rede urbana cearense.

Palavras – Chaves: Migração intraestadual; Rede urbana; Centralidade urbana; Cidades médias; Ceará.

I. INTRODUÇÃO

A mobilidade populacional é um dos principais elementos que explicam a formação e a transformação do território brasileiro. Ao longo do século XX, os processos de migração e urbanização foram determinantes para a redistribuição espacial da população, moldando a estrutura urbana e consolidando hierarquias regionais (Matos; Baeninger, 2008).

Compreender os fluxos da dinâmica populacional significa compreender, ao mesmo tempo, as dinâmicas econômicas, sociais e territoriais que sustentam o desenvolvimento do país. Até a década de 1970, o padrão migratório brasileiro foi marcado principalmente pelos deslocamentos do campo para a cidade e pelos grandes fluxos entre regiões, sobretudo em direção ao Sudeste, que se industrializava. Segundo Martine (1994), esse período foi marcado por forte concentração populacional nos grandes centros urbanos, impulsionada pela industrialização e pela expansão das fronteiras agrícolas. Os fluxos migratórios funcionavam como um mecanismo de ajuste às desigualdades regionais, transferindo população de áreas menos dinâmicas para regiões com maior capacidade de gerar empregos (Brito, 2009). Esse modelo consolidou o processo de metropolização e fortaleceu a primazia das capitais e das grandes regiões metropolitanas na organização do espaço nacional.

A partir da década de 1980, com a crise econômica e fiscal, esse padrão começou a mudar. Os deslocamentos populacionais passaram a apresentar novas tendências: redução do ritmo de crescimento das metrópoles, diminuição dos fluxos de longa distância e fortalecimento das migrações de curta distância, principalmente intraestaduais, além do crescimento das migrações de retorno e dos deslocamentos pendulares (Baeninger, 2000). Essa transformação



indica a passagem de um modelo baseado em grandes deslocamentos entre regiões para uma dinâmica de fluxos de proximidade, em que a mobilidade passa a se organizar em escalas regionais e estaduais.

No Ceará, essa transformação tem características próprias. Tradicionalmente marcado por perda populacional e por migração de longa distância, o estado passou por mudanças importantes nas últimas décadas. Queiroz (2013) e Queiroz e Baeninger (2018) mostram que, a partir da década de 1980, o Ceará teve desempenho econômico superior ao de períodos anteriores, ampliando a oferta de emprego formal e reduzindo a intensidade das migrações de longa distância. Ao mesmo tempo, fortaleceu-se a migração intraestadual, com maior interação entre a Região Metropolitana de Fortaleza e o interior (Nascimento; Queiroz, 2015; Pereira; Queiroz, 2017). Mesmo com a capital permanecendo como principal polo de atração, cresceu a importância de mesorregiões como o Noroeste e o Sul do estado.

Essa mudança pode estar associada ao processo de desconcentração produtiva e à expansão de atividades econômicas fora da capital. A expansão da infraestrutura rodoviária, a interiorização do ensino superior, com destaque para instituições como a URCA, a UFC e o IFCE, e a diversificação das atividades econômicas em cidades como Juazeiro do Norte, Sobral e Iguatu ampliaram a oferta de empregos, serviços especializados e equipamentos urbanos fora da capital, mudando a lógica da mobilidade no estado (Holanda; Amora, 2011). Assim, as cidades médias passam a funcionar como polos regionais de atração populacional e dinamismo econômico. Ao concentrarem serviços especializados, comércio diversificado, instituições de ensino superior e atividades industriais, essas cidades passam a desempenhar funções estratégicas na organização do território.

Nesse cenário, os fluxos de curta distância, como a migração intraestadual, ganham importância na análise, pois mostram como as pessoas passam a se deslocar principalmente entre municípios cearenses, em busca de oportunidades em polos regionais.

Nas últimas décadas, a migração intraestadual se fortaleceu. Alguns estudos (Pereira; Queiroz, 2017; Pereira; Pereira; Queiroz, 2024) mostram que, no período recente, municípios do interior cearense ampliaram bastante sua participação nos fluxos internos, com crescimento expressivo do número de imigrantes e, em vários casos, saldo migratório positivo.

Embora existam diversos estudos sobre migração intraestadual, ainda são necessárias análises que relacionem esses fluxos à posição das cidades médias cearenses na hierarquia urbana, e não apenas à sua intensidade. Por isso, o objetivo deste artigo é examinar os fluxos migratórios intraestaduais nas cidades médias do Ceará, no ano de 2010, relacionando-os aos indicadores socioeconômicos desses municípios e à sua posição na hierarquia urbana definida pelo REGIC.

A contribuição deste artigo é examinar, em conjunto, indicadores socioeconômicos (população, PIB e emprego), fluxos de migração intraestadual e posição na hierarquia urbana, usando como referência a classificação REGIC de 2007, edição mais próxima do intervalo migratório de 2005 a 2010 analisado, e verificando se essa posição se manteve estável até a edição REGIC de 2018. Dessa forma, o estudo busca entender, para as cidades médias cearenses, até que ponto a centralidade migratória observada corresponde à centralidade reconhecida oficialmente pelo IBGE em diferentes momentos. Esse tipo de análise pode ajudar o poder público a priorizar investimentos em infraestrutura e serviços nos municípios com maior capacidade de atração e retenção populacional.



II. REFERENCIAL TEÓRICO

O Papel da Mobilidade na Organização do Território

A migração pode ser entendida como uma mudança permanente do local de residência, diferente de outras formas de mobilidade de caráter temporário (Barbieri, 2007, p. 226). Os deslocamentos populacionais estão ligados a diferentes fatores sociais e econômicos e permitem observar relações entre origem, destino, atração e retenção da população. Por isso, o estudo da mobilidade ajuda a entender como a população se redistribui no espaço e como determinados municípios passam a atrair mais pessoas.

Neste estudo, o interesse está na migração intraestadual, entendida como o deslocamento de pessoas entre municípios do mesmo estado. Segundo Cunha, Silva e Farias (2010, p. 12), é considerado migrante intraestadual de data fixa o indivíduo que reside em um município e que, cinco anos antes da data de referência do Censo, residia em outro município do mesmo estado. Assim, o fluxo analisado neste trabalho corresponde aos deslocamentos entre municípios cearenses, o que permite identificar os espaços de origem e destino dos migrantes.

Diferentes abordagens teóricas procuram explicar os fatores que levam a esses deslocamentos. O enfoque neoclássico entende que as pessoas migram em busca de trabalho, melhores oportunidades e salários, fazendo uma escolha racional sobre o destino. Já a abordagem histórico-estruturalista entende os fluxos migratórios a partir das necessidades e dos processos ligados ao desenvolvimento econômico capitalista (Oliveira; Jannuzzi, 2005, p. 134).

As desigualdades nas taxas de crescimento econômico, na oferta de empregos e nos níveis salariais tendem a produzir áreas de evasão populacional e áreas de atração migratória, gerando fluxos em busca de trabalho e melhores rendimentos. A disponibilidade de serviços públicos e políticas sociais nas áreas mais dinâmicas também pode aumentar a atração populacional (Baeninger, 1999). Assim, os fluxos migratórios não ocorrem ao acaso: estão relacionados às condições econômicas e sociais de cada espaço.

As transformações recentes da economia brasileira mudaram a dinâmica migratória. Os deslocamentos passaram a ser mais complexos, com movimentos de ida e volta, refluxos, reemigração e migração de retorno, o que indica maior reversibilidade das migrações (Baeninger, 2012). Nesse contexto, Baeninger (2012) destaca a existência de movimentos de dispersão metropolitana e de fluxos em direção ao interior, formando processos de interiorização migratória. No âmbito intraestadual, destacam-se os deslocamentos entre áreas metropolitanas e o interior, com trajetórias mais curtas, o que contribui para reter a população migrante dentro do próprio estado (Baeninger, 2012).

A migração intraestadual, portanto, é um elemento importante para entender a organização do território, pois os deslocamentos populacionais mostram diferenças na capacidade de atração dos municípios. Quando determinados centros concentram empregos, serviços, infraestrutura e atividades econômicas, eles se tornam capazes de atrair população de municípios menos dinâmicos. Assim, os fluxos migratórios podem revelar relações de atração, perda e retenção populacional e ajudar a identificar diferentes níveis de centralidade no território.

Rede Urbana Cearense

A organização da rede urbana cearense é resultado de um processo histórico de ocupação e de transformação das atividades econômicas. A ocupação do Ceará esteve inicialmente ligada às estradas da pecuária, que ajudaram a formar núcleos urbanos em pontos estratégicos para a circulação do gado. Entre esses núcleos estavam Icó, Aracati, Sobral, Granja, Quixeramobim, Russas e Tauá (Jucá Neto, 2009).



A ativação do comércio e a centralização administrativa ligada à criação dessas vilas formaram a base da rede urbana cearense. Depois, a expansão da produção algodoeira mudou essa estrutura, ampliando a importância de alguns centros e fortalecendo as relações comerciais entre o interior e a capital. O crescimento da atividade algodoeira contribuiu para a dinamização econômica e para a ampliação da importância do porto de Fortaleza (Cunha, 2020).

Ao longo desse processo, Fortaleza consolidou sua posição de destaque na rede urbana estadual. As condições econômicas, as atividades comerciais, a infraestrutura e o clima contribuíram para o crescimento populacional da capital. Em períodos de seca, os movimentos migratórios do sertão em direção a Fortaleza se intensificavam, reforçando sua primazia populacional na rede urbana cearense (Macedo; Lima Júnior; Moraes, 2011).

A concentração das atividades de beneficiamento e de comercialização em Fortaleza também reforçou sua centralização econômica. A implantação dos eixos ferroviários redefiniu antigos caminhos da produção algodoeira e ajudou a estruturar a hierarquia do sistema urbano cearense, fortalecendo as relações entre Fortaleza e o interior.

A partir da segunda metade do século XX, as políticas de desenvolvimento regional e de industrialização promoveram novas transformações na organização do território. A atuação da SUDENE e de políticas de industrialização ajudou a expandir a infraestrutura e a mudar a localização das atividades produtivas. Nesse contexto, surgiram estratégias de desconcentração e interiorização do desenvolvimento, buscando reduzir as desigualdades entre Fortaleza e o restante do estado.

As estratégias de interiorização ajudaram a fortalecer alguns centros do interior, principalmente cidades que passaram a exercer funções econômicas e urbanas de maior alcance. Sobral e o conjunto formado por Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha se destacam nesse processo por sua importância urbana e econômica e por sua capacidade de exercer funções regionais, fortalecendo a descentralização de determinadas atividades e serviços.

Essa transformação da rede urbana está relacionada aos fluxos migratórios intraestaduais. Quando determinados centros do interior ampliam sua oferta de empregos, serviços, infraestrutura e atividades econômicas, também ampliam sua capacidade de atrair população. Assim, o desenvolvimento da rede urbana cearense pode ser entendido junto com as mudanças nos fluxos de população, que deixam de se concentrar apenas na direção interior-capital e passam a se movimentar entre diferentes centros do próprio estado.

Cidades Médias

Dentro dessa dinâmica, as cidades médias têm papel importante na organização da rede urbana e na atração populacional. Sua definição pode considerar tanto critérios quantitativos quanto funcionais. Em uma perspectiva baseada no tamanho populacional, as cidades médias foram tradicionalmente delimitadas a partir de intervalos de população urbana. Estudos do IPEA, por exemplo, usaram como referência cidades com população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes (Motta; Mata, 2008).

Porém, o tamanho populacional, sozinho, não é suficiente para entender o papel de uma cidade média. O critério funcional considera as funções que o município exerce, sua capacidade de se articular com outros centros e sua posição dentro do sistema urbano. Para Barat (1979), a definição de cidade média deve considerar tanto sua dimensão no sistema nacional de cidades quanto suas relações com outros espaços. Assim, entender as cidades médias vai além de contar a quantidade de habitantes: envolve também sua capacidade de exercer funções urbanas e regionais.

No Ceará, as cidades médias exercem funções que vão além dos limites de seus municípios. A presença de órgãos públicos, instituições de ensino, hospitais, clínicas especializadas e outros serviços aumenta sua importância regional. O desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços especializados também reforça sua capacidade de atender



às demandas de municípios próximos e de se relacionar com diferentes escalas da rede urbana (Costa; Amora, 2009).

As transformações econômicas e a chegada de novos empreendimentos também mudaram o papel dessas cidades. A instalação de atividades produtivas e a expansão dos serviços alteraram a dinâmica social e econômica local, fazendo com que algumas cidades passassem a exercer novos papéis dentro da rede urbana. Nesse processo, a capacidade de atração das cidades médias é influenciada tanto pelas atividades econômicas quanto pela oferta de serviços e infraestrutura (Amora; Costa, 2008 apud Costa; Freitas, 2011).

A especialização produtiva é outro elemento importante para entender essas transformações. Atividades como a fruticultura e a floricultura ajudaram a dinamizar cidades pequenas e médias em diferentes regiões do Ceará, reforçando relações econômicas e territoriais entre os municípios (Muniz, 2016).

A partir desses elementos, as cidades médias podem ser entendidas como centros que exercem funções intermediárias e regionais, articulando municípios de diferentes níveis de centralidade. Sua posição na rede urbana pode favorecer a concentração de empregos, serviços, infraestrutura e atividades econômicas e, com isso, ampliar sua capacidade de atrair população.

Assim, a centralidade, a hierarquia urbana e a atuação das cidades médias estão diretamente relacionadas aos fluxos migratórios intraestaduais. Municípios com maior destaque na rede urbana tendem a concentrar funções mais complexas, diversificadas e com maior alcance espacial, ampliando sua capacidade de polarização, isto é, sua capacidade de atrair e organizar fluxos de outros municípios ao seu redor. O estudo dos fluxos migratórios permite observar como essa capacidade de atração aparece na movimentação da população entre os municípios.

Dessa forma, a análise da migração intraestadual no Ceará permite verificar se os municípios que concentram maior população, PIB e emprego também apresentam maior capacidade de atração migratória. A comparação desses fluxos com a posição dos municípios na hierarquia urbana ajuda a entender em que medida a centralidade e as funções exercidas pelas cidades médias se relacionam à redistribuição populacional e à organização da rede urbana cearense.

A partir dessa fundamentação teórica, a expectativa que orienta a análise empírica é a de que municípios com maior concentração de população, emprego e atividades econômicas, e por consequência maior posição na hierarquia urbana, também apresentem maior capacidade de atração migratória. Ao mesmo tempo, a literatura revisada indica que essa correspondência não deve ser tomada como automática. Cidades médias podem exercer centralidade migratória relevante em função de sua articulação regional específica, mesmo quando não ocupam as posições mais altas da hierarquia formal. É isso que a análise empírica busca verificar.

III. MÉTODOS

Caracterização da Área de Estudo

A área de estudo são as cidades médias cearenses. A escolha dessas cidades considerou a complexidade conceitual que envolve a categoria "cidade média". Conforme ressalta Cavalcante e Souza (2010), investigar cidades médias requer cautela metodológica, uma vez que tais centros urbanos apresentam grande diversidade de características econômicas, demográficas e funcionais, o que dificulta a adoção de um critério único e consensual de definição. Historicamente, a identificação dessas cidades esteve associada a parâmetros predominantemente quantitativos, notadamente o porte populacional. Esta pesquisa adota como referência metodológica dois elementos: o porte populacional (de 100 a 500 mil habitantes) e a funcionalidade urbana, examinada pelas pesquisas Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2007 e 2018.



Para a dimensão demográfica, adota-se como referência operacional a faixa de 100 mil a 500 mil habitantes, utilizada pelo IBGE, considerando a população residente total dos municípios no Censo Demográfico de 2010. No entanto, a literatura indica que a identificação das cidades médias não se esgota em uma faixa populacional. O tamanho demográfico permite reconhecer municípios de porte intermediário, mas a compreensão de seu papel na rede urbana exige considerar as funções desempenhadas, a oferta de bens e serviços e as relações estabelecidas com outros centros. Dessa forma, a dimensão funcional também foi utilizada para caracterizar as cidades médias.

A dimensão funcional considera a posição dos centros na hierarquia urbana e sua capacidade de articulação com outros municípios. A REGIC identifica a hierarquia dos centros urbanos e suas regiões de influência, permitindo examinar relações que ultrapassam os limites administrativos municipais. Neste artigo, a REGIC 2007 fornece a referência anterior ao primeiro ano censitário analisado, enquanto a REGIC 2018 permite caracterizar a configuração posterior da rede e identificar permanências e mudanças na posição dos centros selecionados. Assim, as cidades médias que atendem um ou mais desses critérios nesta pesquisa são: Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Juazeiro do Norte, Sobral, Crato, Itapipoca, Iguatu, Quixadá e Russas. O quadro a seguir mostra os critérios de inclusão.

Quadro 1: As Cidades Médias cearenses por porte populacional e funcionalidade

Município	População em 2010	Inserção funcional na REGIC 2007 e 2018	Critério de inclusão
Caucaia	325.441	Integra o AP de Fortaleza, classificado como Metrópole em 2007 e 2018	Grupo 1: porte populacional; inserção na dinâmica metropolitana de Fortaleza
Maracanaú	209.057	Integra o AP de Fortaleza, classificado como Metrópole em 2007 e 2018	Grupo 1: porte populacional; inserção na dinâmica metropolitana de Fortaleza
Maranguape	113.561	Integra o AP de Fortaleza, classificado como Metrópole em 2007 e 2018	Grupo 1: porte populacional; inserção na dinâmica metropolitana de Fortaleza
Juazeiro do Norte	249.939	Integra o AP de Juazeiro do Norte, classificado como Capital Regional C em 2007 e Capital Regional B em 2018	Grupo 2: porte populacional e funcionalidade regional do arranjo
Sobral	188.233	Integra o AP de Sobral, classificado como Capital Regional C em 2007 e 2018	Grupo 2: porte populacional e funcionalidade regional do arranjo
Crato	121.428	Integra o AP de Juazeiro do Norte, classificado Capital Regional C em 2007 e Capital Regional B em 2018	Grupo 2: porte populacional e participação na funcionalidade regional do arranjo
Itapipoca	116.065	Centro Sub-Regional B	Grupo 2: porte populacional e funcionalidade sub-regional
Iguatu	96.495	Centro Sub-Regional A	Grupo 3: funcionalidade; população inferior a 100 mil habitantes no ano-base
Quixadá	80.604	Centro Sub-Regional A em 2007 e Centro Sub – Regional B em 2018	Grupo 3: funcionalidade; população inferior a 100 mil habitantes no ano-base
Russas	69.833	Centro de Zona A em 2007 e Centro Sub-Regional B em 2018.	Grupo 3: funcionalidade e elevação hierárquica; população inferior a 100 mil habitantes no ano-base



Fonte: elaboração própria com base no Censo Demográfico 2010, nas REGIC 2007 e 2018 e em Silva e Queiroz (2023). Notas: AP = Arranjo Populacional. A população corresponde ao total municipal. As classificações dos arranjos populacionais referem-se ao conjunto de municípios que os compõem.

Fonte de Dados

Os dados utilizados serão originários dos microdados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo Demográfico é uma das principais fontes de dados para estudos da mobilidade espacial, permitindo analisar em nível municipal, já que o movimento pendular é de curta distância e geralmente ocorre entre municípios próximos e contíguos.

Caracterização da Migração Intraestadual nas Cidades Médias Cearenses

A migração intraestadual pode ser definida como o deslocamento de um indivíduo que morava em outro município do Ceará e passou a morar em uma cidade média cearense, no período de cinco anos antes da realização do Censo, o chamado período intercensitário (Pereira; Pereira; Queiroz, 2024).

Para medir o volume de pessoas que migram de e para as cidades médias cearenses, foram elaboradas matrizes de entrada e saída (Pereira; Pereira; Queiroz, 2024).

As matrizes de entrada e saída têm a seguinte forma:

$$A = [a_{ij}], \text{ em que } a_{ii} = 0$$

Nessa notação, a_{ij} representa a saída do migrante da área i para a área j .

Além da mensuração do fluxo migratório, foram calculados a Migração Bruta (MB), o Saldo Migratório (SM), o Índice de Eficácia Migratória (IEM) e a Taxa de Migração Líquida (TML). Esses indicadores permitem observar a intensidade relativa e a capacidade de transformação demográfica da migração nos territórios.

A Migração Bruta corresponde a todos os deslocamentos migratórios de uma determinada área e é medida pela soma do volume de imigrantes (I) e emigrantes (E), pela fórmula:

$$MB = I + E.$$

Esse indicador permite identificar municípios com alta circulação populacional, independentemente de apresentarem ganho ou perda líquida, sendo essencial para entender o grau de dinamismo migratório das cidades analisadas.

O Saldo Migratório representa a diferença entre o número de imigrantes (I) e emigrantes (E), indicando se a cidade tem ganho ou perda líquida de população, pela fórmula:

$$SM = I - E$$

Em que SM é o saldo migratório, I é a imigração e E é a emigração. Esse indicador mostra se o município teve ganho ou perda líquida de população no período analisado, permitindo identificar cidades atrativas ou expulsoras.

Também foi calculado o Índice de Eficácia Migratória (IEM), que avalia o grau de atração ou evasão migratória, pela fórmula:

$$IEM = (I - E) / (I + E)$$

Em que $(I - E)$ é a migração líquida, ou saldo migratório, e $(I + E)$ é a migração bruta. O IEM varia entre -1 e +1, permitindo avaliar o grau de eficácia do fluxo migratório em produzir crescimento líquido. Valores próximos de +1 indicam forte capacidade de atração, com predomínio de entradas, enquanto valores próximos de -1 revelam predomínio de saídas. Valores próximos de zero indicam equilíbrio entre entradas e saídas, sugerindo mobilidade compensatória. O IEM, portanto, permite avaliar de forma qualitativa o desempenho migratório dos municípios, independentemente do volume absoluto de fluxos.

A Taxa de Migração Líquida (TML) expressa o saldo migratório por 100 habitantes, ou seja, o número de pessoas que migraram ou saíram de uma área a cada 100 habitantes, pela fórmula $TML = [(I - E) / P] \times 100$, em que P é a população total. A TML permite dimensionar o impacto demográfico do saldo migratório sobre o tamanho da população local, tornando



possível comparar municípios com portes populacionais diferentes. Ela é particularmente útil para avaliar o peso da migração no crescimento ou na queda demográfica das cidades médias, oferecendo uma medida padronizada de intensidade migratória.

Assim, esses indicadores permitem avaliar tanto a intensidade quanto a efetividade dos fluxos migratórios em relação à rede urbana estadual.

IV. RESULTADO E DISCUSSÃO

Para entender a dinâmica dos fluxos de migração intraestadual, são apresentadas primeiro as características populacionais e econômicas das cidades analisadas, considerando a população total, o Produto Interno Bruto (PIB) e a população ocupada no ano de 2010. Esses indicadores permitem caracterizar a dimensão demográfica e econômica dos municípios e, depois, relacioná-la à sua capacidade de atração migratória.

Tabela 1: população, PIB e população ocupada das cidades analisadas, Ceará, 2010.

Município	População total	PIB total (R\$ mil)	População ocupada
Caucaia	325.441	2.842.606,00	130.519
Juazeiro do Norte	249.939	2.151.335,00	102.036
Maracanaú	209.057	4.499.790,00	84.456
Sobral	188.233	2.553.785,00	77.723
Crato	121.428	985.410,00	50.055
Itapipoca	116.065	704.980,00	43.716
Maranguape	113.561	820.090,00	41.659
Iguatu	96.495	884.474,00	40.955
Quixadá	80.604	576.334,00	29.476
Russas	69.833	575.304,00	31.200

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico de 2010.

Os dados mostram diferenças importantes entre as cidades analisadas. Caucaia tem a maior população, com 325.441 habitantes, seguida por Juazeiro do Norte, com 249.939, e Maracanaú, com 209.057 habitantes. Em relação à população ocupada, Caucaia também apresenta o maior valor, com 130.519 pessoas, seguida por Juazeiro do Norte, com 102.036, e Maracanaú, com 84.456.

Quanto ao PIB total, Maracanaú se destaca entre os municípios analisados, alcançando R\$ 4,499 bilhões. Em seguida aparecem Caucaia, com R\$ 2,843 bilhões, e Sobral, com R\$ 2,554 bilhões. Juazeiro do Norte também tem participação econômica importante, com PIB de R\$ 2,151 bilhões.

Os resultados mostram, portanto, que Caucaia se destaca principalmente pela dimensão populacional e pelo número de pessoas ocupadas, enquanto Maracanaú tem o maior PIB do conjunto analisado. Juazeiro do Norte e Sobral também apresentam valores elevados nos



indicadores considerados, mostrando a presença de centros populacionais e econômicos importantes entre as cidades analisadas.

Depois de caracterizar as cidades, passa-se à análise dos fluxos de migração intraestadual. Para isso, são considerados os movimentos de entrada e saída de migrantes, o saldo migratório, a migração bruta, a taxa de migração líquida e o Índice de Eficácia Migratória (IEM). Esses indicadores permitem identificar diferenças na capacidade de atração, retenção, rotatividade e perda populacional entre os municípios analisados.

Tabela 2: fluxos de migração intraestadual das cidades analisadas, Ceará, 2005-2010.

Município	Entrada	Saída	Saldo migr.	Migração bruta	TML	IEM	Classificação
Caucaia	23.372	6.081	17.291	29.453	5,313	0,587	Retenção
Maracanaú	13.687	5.638	8.049	19.325	3,850	0,417	Retenção
Juazeiro do Norte	9.294	6.882	2.412	16.176	0,965	0,149	Retenção
Sobral	8.556	6.027	2.529	14.583	1,344	0,173	Retenção
Crato	4.379	3.030	1.349	7.409	1,111	0,182	Retenção
Iguatu	4.837	3.597	1.240	8.434	1,285	0,147	Retenção
Russas	4.021	1.710	2.311	5.731	3,309	0,403	Retenção
Itapipoca	4.285	4.420	-135	8.705	-0,116	-0,016	Rotatividade
Maranguape	2.878	3.106	-228	5.984	-0,201	-0,038	Rotatividade
Quixadá	3.966	5.133	-1.167	9.099	-1,448	-0,128	Perda

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Censo Demográfico de 2010.

Os resultados mostram diferenças importantes na dinâmica migratória dos municípios estudados. Caucaia tem o maior volume de entrada migratória, com 23.372 pessoas, seguida por Maracanaú, com 13.687, Juazeiro do Norte, com 9.294, e Sobral, com 8.556. Esses municípios também apresentam saldos migratórios positivos, o que indica que receberam mais migrantes do que perderam para outros municípios cearenses.

Entre os demais municípios, Crato, Iguatu e Russas também tiveram saldo migratório positivo. Russas merece destaque por apresentar 4.021 entradas e apenas 1.710 saídas, resultando em saldo positivo de 2.311 pessoas e IEM de 0,403. Já Itapipoca, Maranguape e Quixadá tiveram saldos negativos, com maior volume de saída do que de entrada. Quixadá teve o resultado negativo mais expressivo, com saldo de -1.167 pessoas.

O IEM reforça as diferenças observadas. Caucaia teve o maior valor do conjunto, com 0,587, seguida por Maracanaú, com 0,417, e Russas, com 0,403. Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu também apresentaram valores positivos e foram classificados como áreas de retenção populacional. Itapipoca e Maranguape foram classificadas como áreas de rotatividade, e Quixadá foi classificada como área de perda populacional.

Esses resultados indicam que a capacidade de atração e retenção populacional não se distribui igualmente entre os municípios analisados. A concentração dos maiores volumes de



entrada em Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Sobral sugere que esses centros desempenham papel de destaque na redistribuição da população dentro do estado.

A partir da comparação entre os indicadores socioeconômicos e os resultados migratórios, é possível verificar se as cidades de maior população, PIB e nível de emprego também apresentam maior capacidade de atração no fluxo intraestadual.

A comparação dos indicadores mostra que existe uma ligação importante entre dimensão populacional, nível de emprego e capacidade de atração migratória, mesmo que essa relação não seja absoluta. Caucaia tem a maior população, o maior número de pessoas ocupadas e também o maior volume de entrada migratória entre os municípios analisados. Seu IEM de 0,587 indica uma situação de retenção populacional, o que é coerente com a ideia de Holanda e Amora (2011) de que a centralidade urbana está ligada à concentração de funções econômicas e de serviços, e não apenas ao tamanho da população.

Maracanaú apresenta uma situação parecida. Embora não tenha a maior população, o município registra o maior PIB entre as cidades analisadas e a segunda maior entrada migratória, com 13.687 pessoas. Seu IEM de 0,417 também indica retenção populacional. Esses resultados sugerem que o dinamismo econômico do município está associado a uma importante capacidade de atração e retenção de população, o que reforça o argumento de Barat (1979) de que o papel de uma cidade média depende de sua inserção econômica, e não apenas de sua posição no sistema urbano nacional.

Juazeiro do Norte tem a segunda maior população e o segundo maior número de pessoas ocupadas do conjunto, além de registrar 9.294 entradas migratórias e saldo positivo. Sobral também se destaca, com população de 188.233 habitantes, 77.723 pessoas ocupadas, PIB de R\$ 2,554 bilhões e 8.556 entradas migratórias. Assim, os quatro municípios com maiores volumes de entrada, Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Sobral, também apresentam importantes dimensões populacionais e econômicas.

Entretanto, a relação entre esses indicadores não é homogênea. Russas, por exemplo, tem população de 69.833 habitantes e PIB de aproximadamente R\$ 575 milhões, mas registra 4.021 entradas migratórias e IEM de 0,403, superior ao de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu, todos municípios de porte populacional e posição hierárquica bem maiores. Esse desempenho de Russas, mesmo classificada como Centro de Zona A no REGIC 2007, isto é, no nível mais baixo entre os municípios analisados, pode estar relacionado ao processo de especialização produtiva discutido por Muniz (2016), já que a fruticultura irrigada é uma atividade importante na região do Baixo Jaguaribe, onde Russas está localizada. Isso mostra como a oferta de emprego ligada a uma atividade econômica específica pode dinamizar um município mesmo quando sua posição na hierarquia urbana formal ainda é baixa. Iguatu, por sua vez, tem população inferior à de Crato, mas apresenta maior entrada migratória. Esses casos mostram que o tamanho populacional e o desempenho econômico, embora importantes, não explicam sozinhos a capacidade de atração dos municípios, confirmando o alerta de Cavalcante e Souza (2010) sobre o cuidado necessário ao analisar cidades médias a partir de um único critério.

Portanto, a pergunta desta pesquisa pode ser respondida de forma parcialmente afirmativa. Os municípios com maior população e maior nível de emprego tendem, em geral, a apresentar maiores volumes de entrada migratória, principalmente Caucaia, Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral. O PIB também tem relação com a atração migratória, mas essa relação é menos direta, já que Maracanaú tem o maior PIB, mas não a maior entrada.

Essa observação está de acordo com a discussão teórica sobre centralidade, segundo a qual a capacidade de um centro de atrair fluxos está ligada à concentração e à complexidade das atividades e funções que ele exerce. Assim, a centralidade migratória não deve ser entendida apenas pelo tamanho da população ou pelo valor do PIB, mas pela combinação de elementos



econômicos, demográficos, de infraestrutura e funcionais, como já apontavam Holanda e Amora (2011).

A comparação com a classificação do REGIC 2007, edição mais próxima do período migratório analisado, permite observar convergências entre a hierarquia urbana e o comportamento do fluxo migratório, principalmente entre os centros de maior destaque. Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Sobral.

De modo geral, os resultados mostram que a centralidade observada por meio da migração intraestadual tem relação com as características demográficas e econômicas dos municípios, principalmente população e emprego. As cidades de maior dimensão, como Caucaia, Maracanaú, Juazeiro do Norte e Sobral, concentram alguns dos maiores volumes de entrada migratória e apresentam saldo positivo, mostrando sua capacidade de atração e retenção populacional.

Ao mesmo tempo, as diferenças observadas entre os municípios mostram que a centralidade não pode ser explicada apenas pelo tamanho populacional ou pelo desempenho econômico. A oferta de empregos, serviços, infraestrutura e funções urbanas contribui para fortalecer a capacidade de atração dos centros e para definir seu papel na rede urbana.

Nesse sentido, a migração intraestadual é um elemento importante para observar a organização territorial cearense, pois os fluxos revelam relações de atração, retenção e perda populacional entre diferentes municípios. Os resultados reforçam a importância das cidades médias e de outros centros de maior centralidade na redistribuição da população, indicando uma correspondência parcial entre a centralidade observada no fluxo migratório e a hierarquia estabelecida pelo REGIC.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a migração intraestadual nas dez principais cidades médias do Ceará, em 2010, e sua relação com a redistribuição populacional e a organização da rede urbana cearense, considerando a centralidade, a hierarquia urbana e o papel das cidades médias. A partir da análise dos dados de 2010 e dos fluxos migratórios entre os municípios cearenses, foi possível identificar diferenças importantes na capacidade de atração, retenção e perda populacional entre as cidades analisadas.

Os resultados mostraram que Caucaia teve o maior volume de entrada migratória, com 23.372 pessoas, além de ter a maior população e o maior número de pessoas ocupadas entre os municípios estudados. Maracanaú, por sua vez, teve o maior PIB e a segunda maior entrada migratória, enquanto Juazeiro do Norte e Sobral também se destacaram entre os principais centros de atração do fluxo intraestadual. Esses resultados indicam que municípios com maior dimensão populacional e maior nível de emprego tendem, em geral, a apresentar maior capacidade de atração migratória.

Entretanto, essa relação não se mostrou absoluta. Municípios como Russas e Iguatu apresentaram volumes de entrada superiores ao que seus indicadores de população e PIB sugeririam, isoladamente. Da mesma forma, Maranguape apresentou resultado migratório de rotatividade mesmo integrando o mesmo Arranjo Populacional de Fortaleza que Caucaia e Maracanaú, ambos com forte retenção populacional. Esses casos mostram que a atração populacional não depende apenas do tamanho demográfico ou do desempenho econômico, mas também das funções urbanas, da oferta de serviços, da infraestrutura e da capacidade de articulação regional de cada município, mesmo dentro de um mesmo arranjo populacional.

O Índice de Eficácia Migratória indicou que sete das dez cidades analisadas foram classificadas como áreas de retenção populacional, enquanto Itapipoca e Maranguape apresentaram rotatividade e Quixadá apresentou perda populacional. Esse resultado mostra que a dinâmica migratória intraestadual ocorre de maneira diferenciada no território cearense e que determinados centros exercem maior capacidade de atração e retenção da população.



A comparação entre REGIC 2007 e REGIC 2018 indicou uma correspondência razoável entre o desempenho migratório no período de 2005 a 2010 e a mudança, ou estabilidade, de posição hierárquica observada até 2018. Juazeiro do Norte e Russas, com desempenho migratório favorável, foram elevados de nível. Quixadá, com desempenho desfavorável, foi rebaixada. Sobral, Itapipoca e Iguatu, com desempenho intermediário, mantiveram sua posição. Já Caucaia, Maracanaú e Maranguape mantiveram a mesma classificação de Metrópole nas duas edições, por integrarem o Arranjo Populacional de Fortaleza, mas apresentaram desempenhos migratórios bem diferentes entre si, o que mostra um limite da classificação REGIC para captar diferenças de dinamismo dentro de um mesmo arranjo populacional.

Esta pesquisa apresenta limitações que devem ser consideradas na interpretação dos resultados. Primeiro, a análise é de corte transversal, restrita ao intervalo migratório de 2005 a 2010, e não é possível, com o desenho atual, avaliar se os padrões aqui identificados se mantiveram nos anos mais recentes. Segundo o recorte a dez cidades médias, mesmo justificado teoricamente, não permite generalizar os resultados para o conjunto dos 184 municípios cearenses. Estudos futuros podem avançar incorporando os microdados do Censo 2022, desde que confirmada a disponibilidade da variável de migração de data fixa correspondente, e ampliando a comparação a um número maior de municípios cearenses.

Dessa forma, conclui-se que a migração intraestadual é um elemento importante para compreender a redistribuição populacional e a organização da rede urbana cearense. Os resultados reforçam o papel das cidades de maior centralidade e das cidades médias na atração e retenção da população, mostrando que as transformações da rede urbana do Ceará estão relacionadas à capacidade diferenciada dos municípios de concentrar atividades, serviços, empregos e funções urbanas. Essa capacidade corresponde, de forma razoável, à posição que a maior parte dos municípios analisados ocupa na hierarquia urbana formal, mas os casos de Maranguape, Russas e Iguatu mostram que fatores econômicos e funcionais específicos de cada município também ajudam a explicar sua capacidade de atração migratória, confirmando a expectativa teórica de que a centralidade não se resume ao porte populacional.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Nancy Gonçalves de. A industrialização no Ceará: breves considerações. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 79-96, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/2659>. Acesso em: 12 set. 2026.

BAENINGER, Rosana Aparecida. Região, metrópole e interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil, 1980-1996. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BAENINGER, Rosana. Novos espaços da migração no Brasil: anos 80 e 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. Anais [...]. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

BAENINGER, Rosana. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 20, n. 39, p. 77-100, 2012. DOI: 10.1590/S1980-85852012000200005.

BARAT, Josef. Introdução aos problemas urbanos brasileiros: teoria, análise e formulação de política. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

BARBIERI, Alisson Flávio. Mobilidade populacional, meio ambiente e uso da terra em áreas de fronteira: uma abordagem multiescalar. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 225-246, jul./dez. 2007. DOI: 10.1590/S0102-30982007000200004.



BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 20 p. (Texto para Discussão, n. 366).

CAVALCANTE, Virgínia Célia de Holanda; SOUZA, Maria Renata Bezerra. Transformações territoriais das cidades médias de Sobral e Iguatu-CE. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, Sobral, v. 4, n. 1, p. 31-43, mar. 2010.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; AMORA, Zenilde Baima. Transformações nas cidades médias do Ceará (Brasil). In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideu. Anais [...]. Montevideu: Associação de Geógrafos da América Latina, 2009.

COSTA, Maria Clélia Lustosa; FREITAS, Fabiano Lucas. Criminalidade violenta na Região Metropolitana de Fortaleza. *Revista Geográfica de América Central*, v. 2, n. 47E, 2011.

CUNHA, George Henrique de Moura. O algodão na economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, ano XXII, v. 3, n. 47, p. 211-241, dez. 2020.

CUNHA, José Marcos Pinto da; SILVA, Luiz Antônio Machado da; FARIAS, Luís Antônio de. As migrações internas no Brasil contemporâneo. 2010. [Referência incompleta, falta local e editora ou veículo; confirmar antes da submissão.]

DOMENACH, Hervé; PICOUET, Michel. Le caractère de réversibilité dans l'étude de la migration. *Population*, Paris, v. 42, n. 3, p. 469-483, 1987. DOI: 10.2307/1532854.

HOLANDA, Virgínia Célia Cavalcante de; AMORA, Zenilde Baima. Cidades médias do Ceará, estado do Nordeste do Brasil, e suas dinâmicas contemporâneas. *Revista Geográfica de América Central*, San José, número especial, v. 2, n. 47E, p. 1-12, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de influência das cidades: 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Regiões de influência das cidades: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Primórdios da rede urbana cearense. *Mercator, Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, ano 8, n. 16, p. 77-102, 2009.

MACEDO, Fernando César de; LIMA JÚNIOR, Francisco do Ó de; MORAIS, José Micaelson Lacerda. Dinâmica regional, política econômica, evolução do emprego e rede urbana cearense no início do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

MARTINE, George. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para Discussão, n. 329).

MATOS, Ralfo; BAENINGER, Rosana. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. *Cadernos do Leste*, Belo Horizonte, v. 8, n. 8, 2008. DOI: 10.29327/249218.8.8-8.

MOTTA, Diana; MATA, Daniel da. Crescimento das cidades médias. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, Brasília, n. 1, p. 33-38, dez. 2008.

MUNIZ, Alexsandra Maria Vieira. A territorialização do agronegócio cearense. In: SILVA, José Borzacchiello da; SILVA, Cícero Nilton Moreira da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (org.). Território: modo de pensar e usar. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 187-222.



NASCIMENTO, Andreza Santos; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migrações nas mesorregiões cearenses: análise a partir de dados censitários de 1980, 1991, 2000 e 2010. In: COLÓQUIO SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS, CULTURA E DESENVOLVIMENTO, 5., 2015, Crato. Anais [...]. Crato: URCA, 2015.

OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 134-143, out./dez. 2005.

PEREIRA, Antonia Jaine da Silva; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migração intraestadual cearense: fluxos RMF-interior e interior-RMF. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DO PADRE CÍCERO, 5., 2017, Juazeiro do Norte. Anais [...]. Juazeiro do Norte, 2017.

PEREIRA, Valéria da Silva; PEREIRA, Antonia Jaine da Silva; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Interiorização das migrações: o fluxo nas cidades médias cearenses. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 23., 2024, Brasília. Anais [...]. Campinas: Galoá, 2024.

QUEIROZ, Silvana Nunes de. Migrações, retorno e seletividade no mercado de trabalho cearense. 2013. 251 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

QUEIROZ, Silvana Nunes de; BAENINGER, Rosana. Migração interestadual de retorno: evidências para o estado do Ceará, 1986-2010. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 33, n. 2, jul./dez. 2018. DOI: 10.33148/CES2595-4091v.33n.220181767.

SILVA, Wellington Rodrigues da; QUEIROZ, Silvana Nunes de. Dinâmicas urbanas na configuração das cidades cearenses: análise com base no REGIC 2018. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 883-910, set./dez. 2023.